

**GOVERNANÇA TERRITORIAL E O TURISMO RELIGIOSO: O CASO DO
TERRITÓRIO DE FÉ DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE EM SALVADOR, BAHIA**

PAULO RAFAEL MONTEIRO NASCIMENTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

GOVERNANÇA TERRITORIAL E O TURISMO RELIGIOSO: O CASO DO TERRITÓRIO DE FÉ DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE EM SALVADOR, BAHIA

RESUMO

Este trabalho discute os limites e desafios da governança territorial no turismo religioso. A realidade investigada é o território de fé da Península de Itapagipe, em Salvador, no Estado da Bahia. O objetivo do trabalho foi examinar os principais obstáculos da governança na requalificação do turismo religioso partindo de um diálogo transversal com as categorias do capital social, do poder local, das interorganizações e da intersetorialidade.

A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa qualitativa e realizou-se um estudo de caso integrado com múltiplas unidades de análise. As unidades foram representadas por instituições religiosas que delimitam de forma contígua o território de fé na Península de Itapagipe no município de Salvador, Bahia. As unidades de análise foram escolhidas pela relação simbólica e/ou geográfica com o caminho da fé da Península de Itapagipe, bem como pelo potencial do turismo religioso deste território. As instituições religiosas de confissão de fé católica, objeto deste estudo, foram: Santuário de Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário do Senhor do Bonfim e Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e João Paulo II, e a instituição religiosa de matriz africana, no caso em questão, o Candomblé, a unidade de análise foi o terreiro denominado “Casa de Oxum”. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante e o material coletado foi codificado e analisado por categorias. Foi aplicado um *framework* como arcabouço de um diálogo teórico-empírico com as dimensões e categorias propostas, que possibilitou avaliar a eficácia da metodologia proposta. Foram entrevistados 18 (dezoito) atores diretamente vinculados ao território de fé, como: Representantes das instituições religiosas, Associações de Moradores, Turistas e Peregrinos, Empreendedores locais, Operadores Turísticos, Gestores Públicos e Fundações/ONGs. Como resultados, foi evidenciado que há fatores que limitam a potencialização do turismo religioso na Península de Itapagipe, que serviram de subsídios para a formulação de ações, que visam atender às demandas e dissipar as assimetrias do desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: Governança Territorial. Gestão Social. Turismo Religioso. Território de Fé.

ABSTRACT

This work discusses the limits and challenges of territorial governance in religious tourism. The reality investigated is the faith territory of the Itapagipe Peninsula, in Salvador, in the State of Bahia. The objective of the work was to examine the main obstacles of governance in the requalification of religious tourism based on a transversal dialogue with the categories of social capital, local power, interorganizations and intersectorality. The methodological approach adopted was qualitative research and an integrated case study was carried out with multiple units of analysis. The units were represented by religious institutions that contiguously delimit the territory of faith on the Itapagipe Peninsula in the municipality of Salvador, Bahia. The units of analysis were chosen due to the symbolic and/or geographic relationship with the path of faith in the Itapagipe Peninsula, as well as the potential for religious tourism in this territory. The religious institutions of Catholic faith, the object of this study, were: Sanctuary of Santa Dulce dos Pobres, Basilica Santuário do Senhor do Bonfim and Paróquia Nossa Senhora dos Alagados and João Paulo II, and the religious institution of African origin, in this case question, Candomblé, the unit of analysis was the terreiro called “Casa de Oxum”. Data were collected through semi-structured interviews and participant observation and the collected material was coded and analyzed by categories. A framework was applied as the framework for a theoretical-empirical dialogue with the proposed dimensions and categories, which made it possible to evaluate the effectiveness of the proposed methodology. 18 (eighteen) actors directly linked to the territory of faith were interviewed, such as: Representatives of religious institutions, Associations of Residents, Tourists and Pilgrims, Local Entrepreneurs, Tour Operators, Public Managers and Foundations/NGOs. As a result, it was evidenced that there are factors that limit the potential of religious tourism in the Itapagipe Peninsula, which served as subsidies for the formulation of actions, which aim to meet demands and dissipate asymmetries in local development.

Keywords: Territorial Governance. Social Management. Religious Tourism. Territory of Faith.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das décadas, o turismo tem experimentado crescimento contínuo e uma diversificação aprofundada para se tornar um dos setores econômicos de mais rápido crescimento no mundo. O turismo moderno está intimamente ligado ao desenvolvimento e abrange um número crescente de novos destinos. Essas dinâmicas transformaram o turismo num motor chave para o progresso socioeconômico (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2021).

O crescimento do PIB em 2022 foi puxado pelas altas nos serviços (4,2%) e na indústria (1,6%), que juntos representam cerca de 90% do indicador [...] Desses 2,9% de crescimento em 2022, os serviços foram responsáveis por 2,4 pontos percentuais. Além de ser o setor de maior peso, foi o que mais cresceu, o que demonstra como foi alta a sua contribuição na economia do ano. (CAMPOS, 2023).

“No período entre 2009 e 2019, o crescimento real das receitas do turismo internacional (54%) superaram o crescimento do PIB mundial (44%)”¹ (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2021, p. 2, tradução nossa). O turismo traz, em seu bojo, um caráter inclusivo, pois “[...] gera milhões de empregos diretos e indiretos, com alta participação de mulheres e jovens. Além disso, há uma diversificação no porte das empresas, sendo a maioria delas de turismo micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). As mulheres representam 54% da força de trabalho do turismo [...]”² (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2021, p. 6, tradução nossa).

A economia do turismo, no ano de 2019, superou a casa dos R\$ 20 bilhões, a considerar a arrecadação federal na economia do turismo, alcançando a marca de U\$ 3.800,00 do PIB *per capita*. Esta economia abrange alojamento, alimentação, transporte terrestre, transporte aquaviário, transporte aéreo, aluguel de transporte, agências de viagem, cultura e lazer (BRASIL, 2021).

As atividades turísticas na Bahia cresceram 13,6%, em maio de 2023, quando se compara com esse mesmo mês de 2022, enquanto o crescimento nacional foi de 8,6%, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (RAMOS, 2023).

[...] o aumento foi resultado da movimentação econômica, principalmente, de empresas dos ramos de transportes aéreo e rodoviário, locação de automóveis, alimentação e agências de viagens. O estudo aponta que em 2023, as atividades turísticas na Bahia seguem em alta, com crescimento de 12%, entre janeiro e maio. No mesmo período, o Brasil registrou aumento de 8,4%. (RAMOS, 2023).

Nesse contexto, o Turismo Religioso destaca-se como um dos segmentos do turismo que mais cresce no Brasil e no mundo, sendo, portanto, o objeto central deste trabalho. Trata-se do turismo conectado com a dimensão religiosa, entendendo-se como religião, na perspectiva de Geertz (2022, p. 67):

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Neste sentido, o Turismo Religioso é um segmento do turismo que se diferencia do turismo tradicional de forma peculiar e característica, na medida em que a sua motivação é de caráter religioso e místico. Busca-se, no Turismo Religioso, um “encontro” com o sagrado e o transcendente, portanto, a experiência de fé. Trata-se de uma jornada espiritual e transformadora que, em alguma medida, impacta e transforma as pessoas ao fim dessa experiência. Nesse contexto, outros elementos, tais como culturais e patrimoniais, entre outros, são manifestações de valor que presumem uma

¹ *Between 2009 and 2019, real growth in international tourism receipts (54%) exceeded growth in world GDP (44%).*

² *[...] generates millions of direct and indirect jobs, with a high share of women and young people, most tourism enterprises (around 80%) are micro, small and medium sized enterprises (MSMEs) which employ a high share of women and young people and economy. Women make up 54% of the tourism workforce (as compared to 39% in the overall economy [...])*

demanda de proteção e preservação para o futuro dos indivíduos e das sociedades (DIAS; SILVEIRA, 2003; GOMES, 2015).

Para compreender melhor sob quais condições o turismo pode reduzir a pobreza, como pode objetivar outros resultados menos econômicos e mais sociais, recorre-se a Donaldson (2007). Para este autor, novas dimensões devem ser incorporadas na construção de novos modelos de desenvolvimento local, de modo que os resultados tragam benefícios para a qualidade de vida das comunidades de forma mais ampla e profunda.

Ademais, o olhar e a observância para a Governança Territorial dos caminhos de fé, bem como para os elementos da gestão social, que estão imbricados e incorporados na gestão territorial, e para as suas dimensões econômicas e ambientais, podem suscitar reflexões, contribuições e intervenções propositivas que podem potencializar o Turismo Religioso no “Território de Fé”.

Dowbor (2017, p. 301) cita o relatório *World Development Report* de 2017, para trazer o conceito de Governança em uma explicitação útil: “Governança é o processo que permite que atores do Estado e não-estatais interajam e implementem políticas no quadro de um conjunto de regras formais e informais que conformam o poder, e por ele são conformadas”.

Quanto à Governança Territorial, as abordagens envolvem os temas: Desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2016; FISCHER, 2002, 2012a), Políticas Territoriais (ACSELRAD, 2018; FUINI, 2015), Verticalidades e Horizontalidades (SANTOS, 2014), Território e Cidadania (SANTOS, 2002, 2004, 2020a).

O conceito de território como espaço social e de construção política enfatiza a ação coletiva, isto é, as ações empreendidas por um conjunto de atores que se relacionam com a solução de um problema coletivo. A ação coletiva nasce da mobilização de grupos, interesses organizados e instituições territoriais, num processo em que as interações dos atores podem levar a resultados diferentes (BAGNASCO; LE GALÈS, 2000; DALLABRIDA, 2016; SANTOS, 2002, 2004, 2020a, 2020b).

O recorte empírico adotado para este estudo está circunscrito e delimitado no chamado “Território de Fé” de caráter geográfico e simbólico no município de Salvador, nas seguintes unidades organizativas: Santuário de Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bonfim e Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II e a instituição religiosa de matriz africana, no caso em questão, o Terreiro de Candomblé denominado Casa de Oxum. Entende-se que essas unidades organizativas configuram-se em objeto de análise do fenômeno do Turismo Religioso pesquisado, uma vez que carregam os elementos materiais e imateriais característicos dessa tipologia de turismo.

Nessa perspectiva, vislumbra-se a discussão de Como a Governança do Turismo Religioso promovido no “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local?

2. GOVERNANÇA TERRITORIAL E A POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO RELIGIOSO

Para compreender como se processa a governança em um dado território, é preciso conhecer conceitual e epistemologicamente o território. Segundo Dallabrida (2016, p. 15):

[...] o território é o espaço de relações que se mesclam entre as formas

de disputa de poder. Segundo esse autor, são relações conflituosas, ou de cooperação, pois é onde se expressam as diferentes formas de pensar e agir das pessoas, não só daquelas que habitam o território, mas também daquelas que, mesmo de fora, têm interesses projetados naquele recorte espacial. Além disso, os atores internos ou externos – sociedade civil, agentes estatais e mercado.

A noção de território como um conceito que não tem sofrido alterações ao longo do tempo é questionada por Santos (2014, p. 137):

[...] vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva.

A governança refere-se, portanto, às estruturas de coordenação e de tomada de decisões na rede de relações entre unidades de produção e fornecedores-compradores, envolvendo a combinação de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, “atmosfera”, agências públicas e de cooperação em tecnologias etc. (BENKO, 1996).

Na visão de Fuini (2015, p. 82):

[...] a governança vai além da simples forma de organização interempresarial, concebida por relações mercantis, passando a caracterizar modalidades de coordenação econômicas mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação misto entre a política e economia, eminentemente locais.

A governança do território passa pelo ordenamento dos recursos voltados para atender às demandas, estando inserida na dinâmica de poder e de interesse dos atores, que carregam em si significações e simbolismo daquele espaço com as suas próprias configurações e identidades. Importa destacar que o patrimônio territorial se refere ao conjunto de ativos e recursos materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados de um determinado território. A Governança Territorial pressupõe seu caráter democrático e participativo (DALLABRIDA, 2016).

Neste aspecto, Dallabrida (2016) conceitua o patrimônio territorial, que está implícito nesse contexto, como conjunto de ativos e recursos materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados de um determinado território. Assim, a governança territorial pressupõe seu caráter democrático e participativo. Esse tipo de gestão pode interferir na competitividade das regiões, ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um ator central, uma grande empresa, ou compartilhando, entre vários atores articulados por uma instância coletiva,

a tarefa de definir estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local (DALLABRIDA, 2016).

Santos (2020b) aponta para uma falta de prioridade da agenda social no planejamento territorial, a considerar pelo caráter residual dos recursos para este fim. As demandas de ordem social são atendidas com o que sobra de outras prioridades, consideradas mais importantes e que se incluem, de maneira geral, na órbita do econômico, do político, do militar e do estratégico. Por isso, as somas direcionadas à educação, à saúde, à cultura e ao lazer estão sendo sempre reduzidas, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela pressão da modernidade. O resultado, portanto, são os déficits permanentes e crescentes nessas áreas.

França Filho, Magnelli e Eynaud (2020) explicam os efeitos do divórcio entre economia e sociedade em pelo menos três dimensões: uma mais macrossocial, que é estruturante no plano institucional, e outras duas no plano micro e mesossocial, afetando as dinâmicas territoriais e as subjetividades individuais e coletivas. Desta lógica, apontam que “[...] as características que conformam a dinâmica econômica no capitalismo contemporâneo definem seus efeitos sobre a sociedade e sobre o *desenvolvimento*. A principal característica da dinâmica econômica contemporânea é seu elevado grau de financeirização [...]” (FRANÇA FILHO; MAGNELLI; EYNAUD, 2020, p. 171, grifo do autor). Isto quer dizer, em linhas gerais, que a produção dá lugar ao mercado financeiro quando se fala em geração de riqueza. Esse desequilíbrio e desbalanceamento da “geração desse capital” apresenta algumas consequências: impactos ambientais e ecológicos; incapacidade desse modelo de abranger toda a sociedade, para proporcionar bem-estar social a todos; e concentração de poder fora das instituições públicas.

Dias e Silveira (2003, p. 17) entendem que “O turismo religioso é aquele empreendido por pessoas que se deslocam por motivações religiosas e/ou para participação em eventos de caráter religioso. Compreende romarias, peregrinações e visitação a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas”. Para esses autores, o Turismo Religioso, como toda atividade turística de modo geral, exige uma abordagem interdisciplinar e transversal, que contemple os aspectos econômicos, sociais, espaciais e culturais envolvidos. Este tipo de turismo, por apresentar interseção com o fenômeno religioso, deve merecer uma atenção especial em sua abordagem pelas ciências sociais, pois trata-se de dois importantes sistemas sociais que apresentam uma complexidade particular.

3. O CAPITAL SOCIAL, O PODER LOCAL, AS REDES INTERORGANIZACIONAIS E A INTERSETORIALIDADE NA PERSPECTIVA DA GESTÃO SOCIAL

A gestão territorial e a gestão social são duas abordagens teóricas que têm em comum a preocupação com a gestão participativa e colaborativa de territórios e a busca pelo desenvolvimento sustentável. Ambas enfatizam a importância da participação e do envolvimento dos atores locais, incluindo organizações da sociedade civil, empresas, instituições governamentais e comunidades locais, na tomada de decisões que afetam o território e suas populações.

Gaulejac (2007) adverte que a gestão não pode utilizar o homem, desrespeitando os seus valores humanos, considerando-o como “coisa”, como mero instrumento para atender os anseios do mercado. Chama atenção para a necessidade de se repensar a gestão, vislumbrando outras formas mais eficazes e justas de atender os interesses de

todos os envolvidos no processo, preservando o respeito pelo meio ambiente e as demandas sociais em sua plenitude.

Muito embora o repensar a que se refere Gaujelac (2007) aproxime-se do que propõe a gestão social, os modelos organizacionais vigentes, segundo França Filho e Eynaud (2020), ainda não estão adaptados para construir as novas bases de uma gestão mais inclusiva, mais justa e solidária. Os atores – clientes, pessoal, comunidade e acionistas – atribuem essa desadaptação, de um lado, à dominância imposta pela lógica do mercado e, por outro, ao imbricamento que os modelos de gestão assumiram junto à economia de mercado. Parece ainda prevalecer que a gestão social não se apresenta como um paradigma. Por isso, é necessária a construção de um “mapa” que lhe dê significado (FISCHER, 2002). Nesse sentido, é necessário e importante o aprofundamento da discussão sobre os elementos fundantes da gestão social, que aponte para um repensar da gestão de forma ampla e abrangente.

Na visão de Araújo (2014), a gestão social, para dar conta do seu espectro de demandas, é composta de plasticidade, fluidez e hibridismo. Estes atributos permitem maior robustez e aderência para assumir novas tipologias organizacionais frente aos desafios no campo da gestão, recurso indispensável para estabelecer as relações e os processos sociais necessários à sua existência, refletindo o caráter multidisciplinar e complexo da realidade social.

O Quadro 1 descreve as categorias constitutivas da gestão social e lista autores que tratam do tema sob a perspectiva descrita:

Quadro 1 – Categorias e descrição da Gestão Social

Categorias da Gestão Social	Descrição	Autores
Capital Social	Confiança, reciprocidade e sistemas de participação cívica	D’Araújo (2010) Putnam (2008)
Poder Local	Relações simétricas de poder	Fischer (2002)
Interorganizações	Integração com os atores envolvidos no território	Fischer (2012b)
Intersetorialidade	Operacionalização	Junqueira (2014)

Fonte: elaboração própria com base em Pimentel *et al.* (2011).

O construto do capital social encontra um alinhamento contributivo para a gestão social na sua proposta de fortalecer os laços e as conexões com as redes dos entes envolvidos nos projetos de desenvolvimento de interesse local. Putnam (2008) define o capital social como traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns. A confiança, conforme argumenta o autor, exerce a função de lubrificante da vida social e gera resultados econômicos. Neste entendimento, as sociedades com alto grau de confiança tornam-se e mantêm-se prósperas, pois se transformam em sociedades cívicas. Em uma comunidade cívica, o contrato moral, mais do que o contrato formal, é o que mantém a cooperação.

Bourdieu (1986, p. 251, tradução nossa) define capital social como “[...] a soma dos recursos adquiridos por um indivíduo ou grupo em virtude da posse de uma rede de relacionamento duráveis mais ou menos institucionalizadas de mútuo conhecimento e reconhecimento”³. Este autor alega que o poder e o conflito são elementos inerentes às relações sociais e o volume do capital social possuído por um agente depende do tamanho da rede de conexões que pode efetivamente mobilizar.

Para que o processo de tomada de decisão seja participativo, é necessária uma simetria e equidade entre as forças de poder na relação entre os atores sociais, buscando-se o interesse comum. Fischer (2002) salienta que, na perspectiva das relações sociais, o poder pode ser entendido tanto como capacidade geral de agir quanto como capacidade de produzir comportamentos específicos.

Ainda na visão da autora, o poder manifesta-se na gestão social como forma de representação articulada em interorganizações que buscam projetos e programas de interesse comum em um dado território. Não obstante a reciprocidade do caráter relacional que caracteriza a gestão, há conflitos e desequilíbrios que, por outro lado, abrem possibilidades de ação de aproximações e distanciamentos que fornecem maior legitimidade para o processo de construção de projetos coletivos (FISCHER, 2012a).

Na perspectiva de Fischer e Melo (2004, p. 16), as “Interorganizações são estruturas hibridizadas e, como tal, definidas pelo entrelaçamento (processo) ou tecido (resultado) que se processa quando as organizações trabalham em conjunto, dinamizando os territórios”.

As interorganizações, na perspectiva da governança territorial, referem-se à cooperação e coordenação entre organizações de diferentes setores e níveis de governo que atuam em um determinado território, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população local. Essas organizações podem incluir governos locais, empresas, organizações não governamentais, associações de moradores, entre outras (FISCHER; MELO, 2004; SILVA, 2014).

A intersetorialidade, na perspectiva da gestão social nos territórios fé, é necessária no tocante à articulação entre diferentes setores e atores sociais que atuam nesse tipo de território, a fim de promover a gestão integrada e participativa e considerar as especificidades e necessidades dos diferentes grupos que nele atuam (CAMPOS, 2000; JUNQUEIRA, 2004, 2014).

A intersetorialidade incorpora a idéia de integração, de território, de equidade, enfim dos direitos sociais; é uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida. (JUNQUEIRA, 2004, p. 27).

Para o autor citado, essa abordagem suscita a consideração dos problemas sociais onde eles se manifestam. Nessa perspectiva, a cidade, no caso em questão o território, seria o espaço privilegiado para se realizar a ação intersetorial. É um espaço definido territorial e socialmente, onde as pessoas vivem e se reproduzem.

A ação intersetorial é um processo de aprendizagem e de determinação dos sujeitos, que deve resultar em uma gestão integrada, capaz de responder com eficácia à solução dos problemas da população de um

³ *The sum of resources acquired by an individual or a group by virtue of possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition.*

determinado território, saindo, entretanto, do âmbito da necessidade para o da liberdade.

[...]

É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade. Isso passa pelas relações homem/natureza e homem/homem que determinam a construção social da cidade. (JUNQUEIRA, 2004, p. 27).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem uma abordagem qualitativa. Trata-se, portanto, de um estudo de caso de múltiplas análises de forma integrada, considerando-se o mesmo contexto, cujo *locus* está circunscrito na Península de Itapagipe, no município de Salvador, Bahia.

O presente trabalho assumiu um caráter exploratório, voltado a levantar os principais aspectos que vinculam a Governança Territorial e o Turismo Religioso no “Território de Fé” pesquisado. Assim sendo, não se buscou testar apenas as relações previamente estabelecidas no *framework* e as categorias pesquisadas, mas também procurou-se compreender as relações existentes entre os elementos teóricos e empíricos, no contexto específico, como define a pesquisa exploratória (RICHARDSON, 2009).

A escolha do caso do “Território de Fé” da Península de Itapagipe deu-se em função do seu grande potencial turístico para a requalificação desse itinerário, visando a melhoria das condições socioeconômicas e a redução das desigualdades sociais no território, repercutindo de forma favorável e robusta para a economia local e reforçando a vocação do Turismo Religioso naquele território.

Não obstante a importância das instituições religiosas Santuário de Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bomfim, Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II e o Terreiro Ylê Axé Omin Lewy (Casa de Oxum) para a cidade de Salvador, no contexto individual de sua unidade e de suas respectivas ações para seu entorno, a articulação com o Turismo Religioso de forma integrada pode potencializar este vetor da economia local.

Partindo dessa perspectiva, adotou-se como caso o itinerário do “Território de Fé” da Península de Itapagipe, tendo como unidades de análise as instituições religiosas mencionadas. Esta escolha decorreu da capacidade ilustrativa em relação a outros territórios que experimentaram a Governança Territorial e o Turismo Religioso. Ainda que este caso não possa traduzir-se em generalizações, o estudo das particularidades do caso escolhido, caracterizado como instrumental no processo desta pesquisa (CRESWELL, 2010; STAKE, 2000), é útil para a compreensão da Governança Territorial e do Turismo Religioso no contexto do “Território de Fé” a ser pesquisado.

O trabalho de campo pressupõe períodos diferentes. Inicialmente, a pesquisa exploratória aparece como a primeira experiência do pesquisador com o objeto de estudo. Consiste na preparação, para se colocar diante das peculiaridades da área de estudo, com o objetivo de obter maiores informações e constatar algumas hipóteses e teorias a serem trabalhadas. Contempla a verificação de possíveis fenômenos sociais relevantes anotados em caderno de campo e também a realização de entrevistas com representantes de instituições religiosas, líderes comunitários, turistas/peregrinos, empreendedores locais, operadores turísticos, gestores públicos municipais e estaduais e representantes de ONGs e Fundações (TRIVINÔS, 2013). A coleta de dados foi

realizada por meio de entrevista semiestruturada, análise documental e observação participante.

No que tange aos dados coletados, foi realizada a análise de conteúdo, visto ser um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culmine em descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, para seguir orientação de Bauer e Aarts (2008), neste artigo, considerável atenção foi dada aos “tipos”, “qualidades” e “distinções”, antes que qualquer quantificação fosse feita.

Buscou-se, na primeira etapa da análise, organizar os dados referente às transcrições das entrevistas, os registros do material do caderno de campo resultante da observação e os documentos. As transcrições foram submetidas a repetidas leituras e refinamentos, voltando-se, eventualmente, a alguns fragmentos das entrevistas, de modo a dar maior fidedignidade e precisão à análise e interpretação das informações, além de visar maior familiarização com os achados.

Na segunda etapa, os dados foram codificados com base em unidades de registro. A codificação constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa, possibilitando a interpretação do texto à luz desse referencial (BAUER, 2008). Para Bardin (2011, p. 133): “A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, por recorte, agregação e enumeração, que permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão.”

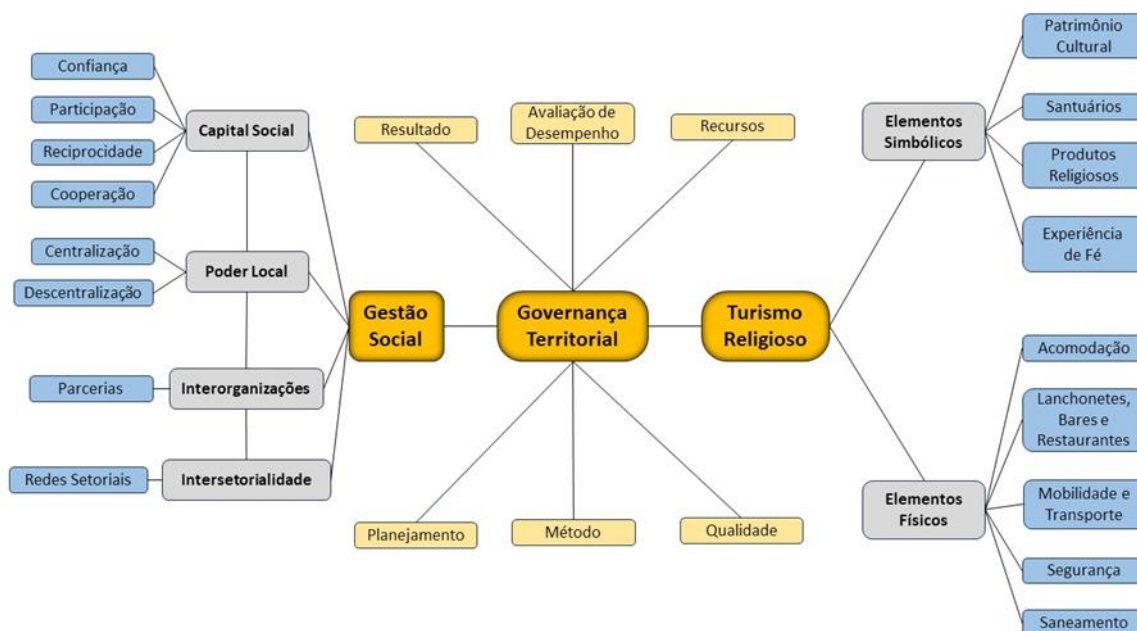
Na terceira etapa, realizou-se a categorização. Segundo Bardin (2011, p. 147), a categorização é

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero, com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

Parte-se de um conjunto de ideias-chave acerca da necessidade de um *framework* de investigação que se proponha a colocar em diálogo um campo teórico e um campo empírico. Ao ser entendido como “estrutura de sustentação”, de justificação e de fundamentação das teorias e dos conceitos usados na análise, um *framework* é uma rede de conceitos-chave (e de relações entre esses conceitos) que suportam desenvolvimentos de teoria substantiva (teoria estritamente ligada aos dados recolhidos). Visto como “argumentação”, culmina numa série de razões para se adotar certos conceitos e não outros (EISENHART, 1991).

Neste sentido, sugere-se uma estrutura de sustentação teórico-empírica, um *framework* orientado pelo problema de pesquisa e baseado nos conceitos e suas relações, que se articulam como uma rede coerente e lógica dentro de um quadro geral de teorias com e sobre as quais é projetado. Esses conceitos devem ser entendidos como os mais pertinentes e relevantes para o problema de investigação (EISENHART, 1991). Neste sentido, o *framework* preliminar foi apresentado e validado no campo empírico (Figura 1).

Figura 1 – *Framework* preliminar para a Governança Territorial e Turismo Religioso



Fonte: elaboração própria

5. ANÁLISE, DISCUSSÃO E SÍNTESE DOS RESULTADOS

Foram confrontadas as informações obtidas pelas entrevistas com a fundamentação teórica realizada, no intuito de analisar aspectos convergentes com o objetivo do estudo voltado para entender como a governança pode requalificar o turismo religioso. Neste sentido, os resultados foram divididos nas seguintes categorias: capital social, poder local, interorganizações e intersectorialidade.

Em relação ao capital social, mostra-se como se dá a relação de confiança, participação, reciprocidade e cooperação entre os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a governança do turismo no território da Península de Itapagipe. Em relação à dimensão poder local, demonstra-se como são estabelecidas as relações entre os vários atores, se há, por exemplo, assimetrias nessas relações e eventuais consequências ou prejuízos para a governança do turismo. No que se refere à dimensão das interorganizações, revela-se como são estabelecidas as parcerias e os grupos entre os vários atores e segmentos e entidades organizacionais. As redes interorganizacionais é também vista na perspectiva de como se estabelece a cadeia de fornecimentos dos produtos e serviços dos vários setores e segmentos envolvidos na indústria do Turismo Religioso.

Se essas interorganizações têm um caráter integrativo, dissociativo, sinérgico ou fragmentado. Por fim, verifica-se a intersectorialidade com o objetivo de identificar se as ações impactam favoravelmente a comunidade e estimula o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos direta ou potencialmente na governança do Turismo Religioso na Península de Itapagipe

Verifica-se, na fala do Entrevistado D1, a manifestação do capital social nas primeiras iniciativas de uma articulação com vários atores e a comunidade, para uma qualificação do território. Vê-se claramente, nessa perspectiva, uma percepção de engajamento por parte da comunidade, mas, por outro lado, informa que nem todos os atores e instituições participaram de forma efetiva e cooperativa no processo:

O território [Itapagipe] é bem delimitado geograficamente, com um pertencimento da sua comunidade muito forte, a ponto de que aqueles que nascem em Itapagipe é itapagipano e não é soteropolitano. Então, nós temos todo um senso de pertencimento, um território que, em 1997, houve uma intervenção muito forte do programa das Nações Unidas, o PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento], com a metodologia de DLS [Desenvolvimento Local Sustentável], que, fruto desse trabalho, onde participaram vários atores sociais e institucionais, Banco do Nordeste, SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], órgãos do governo do Estado e da prefeitura e nascem daí dois núcleos de articulação: a Rede CAMMPI [Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe] com a comissão de articulação e mobilização dos moradores da Península de Itapagipe

Fischer (1993) entende a atuação do poder local como o exercício da influência e do interesse de pessoas ou grupos em um dado território. Esse contexto complementar, ambivalente e dual abriga, de um lado, o físico, o território delimitado e, do outro, as interações sociais que subjazem neste espaço com articulações e conflitos.

Sobre a noção de local, Fischer (1993, p. 10/11) esclarece:

[...] contém duas ideias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado com base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância a uma certa inércia, contém, igualmente, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar e, portanto, indica um movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns [...] ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto.

As relações de poder têm um caráter de embate e de discussão no campo das ideias para um bem comum, como argumenta o Entrevistado B1:

As relações, elas são relações que, algumas temporárias e pontuais em função de interesses pontuais, de intervenção, de alguns diálogos que a gente tensiona, porque é necessário a política, de fato, se efetivar, assim como a universidade, assim como são pontuais, atores no território, que, pela experiência de desenvolvimento territorial, você precisa e é necessário o diálogo, mais com uns, menos com outros, né? Mais fácil com um e mais difícil com outro.

Com algumas resistências, tanto da Rede quanto algumas outras áreas e de outros campos, mas que é um espaço.

Em relação às redes organizacionais, verificou-se, neste estudo, um histórico importante de formação de acordos, alianças, parcerias entre as inúmeras instituições públicas e da sociedade civil organizada voltado para os projetos de infraestrutura básica no território de fé na Península de Itapagipe com elevado potencial para o turismo religioso. Entretanto, no contexto e na realidade atual, observa-se um certo esvanecimento dessas relações e um impacto do nível de capital social das instituições nas redes interorganizacionais. Percebeu-se, entre alguns atores, um baixo vínculo social, de confiança o que dificulta a formação das redes interorganizacionais.

O entrevistador G1 tem a seguinte visão acerca do contexto atual das redes interorganizacionais:

Você não tem, na Península Itapagipe, um hotel qualificado para permanecer esse peregrino ou esse turista que vem motivado pela fé, e ele faça os passeios na Península, que você retenha ele na Península. E isso é que precisa estar. Eu já conheço o histórico da Península de muita coisa. Então, isso precisa estar muito claro. Se eu chegar hoje e ficar hospedado aqui no Bom Pastor, ali atrás, no Bom Samaritano, ali atrás, ou lá em cima, o que que você me oferece, além da experiência de fé? Aí eu posso pegar passeio de barco, eu posso ir em tal lugar, eu posso visitar o museu do sorvete, eu posso fazer isso. Então, é ter uma rota integrada, onde eu permaneço com essa pessoa para ir explorar Itapagipe. Eu posso ir para o ateliê de Prentice, para que ele faça um azulejo identitário com assinatura, e eu levo pra casa como *souvenir*. Eu conheço o ofício da pintura dele. Eu tenho a laje, a coisa que você tem. Então, você tem alguns atrativos. Esses atrativos, eles precisam se conversar. Eles precisam entender que eles fazem parte de uma rede e que a experiência é religiosa, mas a experiência do acolhimento, da hospitalidade, que é o que preconiza o turismo, entendeu?

Em relação à intersectorialidade, verificou-se que, não obstante a realização de projetos e iniciativas voltados para o Turismo Religioso, não se verificou integração de todos os atores envolvidos no Turismo Religioso na Península de Itapagipe, em torno de um desenvolvimento local inclusivo, participativo e abrangente, que trouxesse, de fato, um impacto e resultado favorável para mitigar as condições de vulnerabilidade social da comunidade daquele território. Os benefícios e a participação da comunidade do território devem, portanto, ser inseridos de forma objetiva e pragmática tanto nas iniciativas privadas como nas políticas públicas, a exemplo das iniciativas dos grupos da sociedade civil organizada, como alertam os Entrevistados B1:

Há iniciativas de economia solidária e outras iniciativas para além disso, precisava entrar nesse debate. Porque a lógica do Estado [...] é uma lógica que exclui, ao invés de incluir. Que, quando chega num território desse, que tem possibilidade de melhorar as

condições de vida, ao invés de você pensar desenvolvimento de baixo pra cima, você pensa de cima pra baixo. Aí chegam exatamente as grandes [...] grifes de alimentação [...] As grandes grifes é que vai determinar e aquele que historicamente esteve ali vai ser apenas o prestador de serviço. Então, todo esse debate de desde o investimento em infraestrutura, da geração de trabalho-renda, da questão religiosa, das denominações diversas religiosas, confissões, da necessidade de investimento em infraestrutura, em áreas com menos infraestrutura, para que você pudesse de fato melhorar a qualidade de vida das pessoas, porque o entendimento nosso é que, se você está num território, você possibilita trabalho, você possibilita condições de vida para quem mora ali, você vai ter menos problemas de segurança pública (Entrevistado B1).

Conclui-se que as dimensões da Gestão Social na Governança Territorial, que emergiram, sobretudo nas visitas a campo, como ausência e inseridas como fatores limitantes à potencialização do Turismo Religioso e da governança do Turismo Religioso, serviram de subsídio e de base para a formulação das ações propostas, para atender às demandas e dissipar assimetrias que formam um todo harmônico. Ficou indicado, portanto, que capital (confiança, participação, reciprocidade e cooperação), poder local (simetria), redes de interorganizações (parcerias) e intersetorialidade (redes setoriais) podem (re)qualificar o itinerário de fé como força propulsora do desenvolvimento territorial.

Não obstante a contribuição da articulação teórico-empírica para o estudo do fenômeno e do debate acerca da Gestão Social como perspectiva da Governança Territorial, observou-se, no decorrer desta pesquisa, que algumas dimensões mostraram-se limitadas e insuficientes para uma generalização em outros contextos, no sentido de se proceder a uma análise mais conclusiva acerca do fenômeno estudado. As dimensões, por exemplo as que tratam das interorganizações e da intersetorialidade, trazem, em certa medida, uma subjetividade e complexidade tanto no levantamento e tratamento dos dados quanto na análise. Neste sentido, o aprofundamento e a análise acerca dessas interconexões, para melhor associar a eficácia dos seus resultados para determinados atores e grupos, pode contribuir para futuras pesquisas relacionadas aos temas abordados.

6. REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- ARAÚJO, E. T. Gestão social. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.
- BAGNASCO, A.; LE GALÈS, P. Introduction. European cities: local societies and collective actors? In: BAGNASCO, A; LE GALÈS, P. (eds.). *Cities in Contemporary Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 1-32.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 39-63.

- BOURDIEU, P. Forms of capital. *In*: RICHARDS, J. C. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Observatório Nacional do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2022 - Ano Base 2021**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2021. v. 49.
- BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAMPOS, A. C. **PIB cresce 2,9% em 2022 e fecha o ano em R\$9,9 trilhões**: crescimento foi puxado pelas altas nos serviços e na indústria. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2 mar 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/pib-crece-29-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-99-trilhoes>. Acesso em: 30 maio 2022.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- D'ARAÚJO, M. C. S. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: LiberArts, 2016.
- DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas, SP: Alínea, 2003.
- DONALDSON, J. A. Tourism, development and poverty reduction in Guizhou and Yunnan. **The China Quarterly**, Cambridge, n. 190, p. 333-351, jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305741007001221>
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- EISENHART, M. A. Conceptual frameworks for research circa 1991: ideas from a cultural anthropologist; implications for mathematics education researchers. *In*: UNDERHILL, R. (ed.). **Proceedings of the thirteenth annual meeting of the North American chapter of the international group for the psychology of mathematics education**. Blakburg: Virginia Polytechnic Institute and State University, 1991. p. 202-220.
- FISCHER, T. Desenvolvimento territorial como campo de convergências. *In*: JUNQUEIRA, L. A. P. *et. al.* **Gestão social: mobilizações e conexões**. São Paulo : LCTE Editora, 2012a. p. 308-321.
- FISCHER, T. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 113-120, abr. 2012b. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100010. Acesso em: 10 fev. 2022.
- FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. *In*: FISCHER, T. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.
- FISCHER, T.; MELO, V. P. Organizações e Interorganizações na Gestão do Desenvolvimento Sócio Territorial. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, ed. esp., p. 13-41, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9110002>
- FISCHER, T. **Poder local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- FRANÇA FILHO, G. C.; EYNAUD, P. **Solidariedade e organizações: pensar uma outra organização**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FRANÇA FILHO, G. C.; MAGNELLI, A.; EYNAUD, P. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 11, n. 20, p. 167-184, maio/out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/ns.v11i20.36609>

FUINI, L. L. **Território e competitividade**: relações, teorias e aplicações. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GAULEJAC, V. D. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007. (Coleção Management, 4).

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

GOMES, L. **O caminho do peregrino**: seguindo os passos de Jesus na Terra Santa. São Paulo: Globo, 2015.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade. In: BOULLOSA, F. **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 106-108.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan.-abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>

PIMENTEL, T. D. *et al.* Governança territorial como estratégia de gestão social do desenvolvimento. In: FERREIRA, M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R. (org.). **Administração pública, gestão social e economia solidária**: avanços e desafios. Viçosa: UFV, 2011. p. 223-245.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

RAMOS, V. **IBGE**: turismo na Bahia cresce acima da média nacional. Salvador: Canal Rural, 28 jul. 2023. Disponível em: [https://www.canalrural.com.br/nacional/bahia/ibge-turismo-na-bahia-cresce-acima-da-media-nacional/#:~:text=O%20turismo%20na%20Bahia%20cresceu,nacional%20\(8%2C6%25\)](https://www.canalrural.com.br/nacional/bahia/ibge-turismo-na-bahia-cresce-acima-da-media-nacional/#:~:text=O%20turismo%20na%20Bahia%20cresceu,nacional%20(8%2C6%25)). Acesso em: 23 ago. 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EdUSP, 2020 a

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2020b.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EdUSP, 2014.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, F. R. M. Redes interorganizacionais. In: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 155-158.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 443-466.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2013.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **International Tourism Highlights – 2020 Edition**. Madrid: UNWTO, 2021. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284422456>. Acesso em: 22 jan. 2022.